

A “ILOGICIDADE” DE OBEDECER A DEUS: REFLEXÕES SOBRE OBEDIÊNCIA E VALOR DA VIDA A PARTIR DO SACRIFÍCIO DE ISAQUE

Adolfo Semo Suárez

Universidad Adventista de São Paulo

A dimensão pedagógica do sacrifício de Isaque

Karem Armstrong, reconhecida autoridade e especialista em estudos religiosos, entende que o episódio do sacrifício de Isaque foi, por parte de Deus, uma “exigência horripilante” (Armstrong, 2008, p. 33). Franz Hinkelammert (1989), destacado teólogo alemão, também chama a atenção para esta narrativa de Gênesis capítulo 22, um sacrifício que não se consumou, e que talvez por isso tenha gerado boas discussões.

“Exigência horripilante” e “sacrifício não consumado”. Serão estas sínteses ou definições apropriadas para a história narrada em Gênesis 22? Qual a razão para este relato se fazer presente no Antigo Testamento? Neste breve texto, proponho entender o sacrifício de Isaque como estratégia didática que tinha o objetivo de tornar claras algumas intenções de Deus em favor do ser humano; serviu para chamar a atenção a lições muito maiores que o próprio rito em si.

Assim sendo, o *quase* sacrifício de Isaque teria uma dimensão pedagógica, que dificilmente poderemos compreender em sua totalidade, como não podemos compreender plenamente o que se passa na mente de um professor quando prepara e expõe sua aula, supostamente querendo ensinar algo que nem sempre os objetivos descritos no plano de ensino conseguem esclarecer. Quem é capaz de descrever acertadamente todos os seus motivos? Mais ainda: Quem seria capaz de captar e descrever todos os motivos da Mente Divina no relato de Gênesis 22?

Entretanto, no caso da narrativa em questão, temos alguns elementos que podem ajudar nesta reflexão. E é desses elementos que pretendo fazer uso.

A “ilicidade” de obedecer a Deus

Minha escolha do relato de Gênesis 22 se baseou no fato de que, juntamente com seu filho, Abraão

participa de uma narrativa envolvente e desestabilizadora, cuja temática é o sacrifício. Falando sobre este relato, Milton Schwantes, importante biblista brasileiro, diz:

Esta perícopé contém uma narrativa dramática. Em matéria de estilo constitui-se numa obra-prima. Disso não há dúvida. Como leitor a gente acompanha a narração com participação e emoção. Quem lê, é levado ao protesto (Schwantes, 1986, p. 21).

O protesto ao que Schwantes se refere tem a ver com a temática da narrativa. “Afinal”, podem pensar alguns, “como não protestar diante da *quase* morte de um filho, e mais ainda quando o quase assassino é tido como o ‘pai da fé’?”

Por isso, este episódio pode fazer alguns pensarem que obedecer a Deus é muitas vezes ilógico do ponto de vista humano. É verdade que Abraão sabia que Deus sempre esperou dele uma atitude de obediência; o chamado para sair de sua terra e de afastar-se de sua família eram uma prova disso. Definitivamente, no entender de Armstrong, o “pai da fé” não é assim chamado por causa de sua ortodoxia, ou sua “opinião teológica correta sobre Deus” (Armstrong, 2008, p. 32), mas sim por causa de sua confiança nas promessas de Deus, “mesmo que pareçam absurdas” (Armstrong, 2008, p. 32).

Entretanto, desta vez obedecer-lhe implicava na morte do filho da promessa. E “tirar a vida a seu filho fá-lo-ia ser considerado como um homicida, um segundo Caim”, diz Ellen White (1991, p. 153). Além disso, seu ato homicida provavelmente “faria com que seu ensino fosse rejeitado e desprezado, e assim destruiria o seu poder para fazer bem a seus semelhantes” (1991, p. 153). Essa foi a razão de seu conflito: Obedecer a Deus, nesse particular, era contra a lógica humana.

O Dr. Milton Schwantes explica que, basicamente, eram duas as situações que requeriam a morte de crianças:

- 1) para superar crises e dificuldades agudas, pelas quais passa uma sociedade toda (seca, peste, etc.); nessas ocasiões busca-se aplacar a divindade com sacrifício de crianças;
- 2) para estabilizar as instituições do Estado: exército, muro da cidade, dinastia; não é por acaso que no Antigo Testamento em geral é o rei e o general que sacrificam crianças. Assim sendo, a morte de crianças está fundamentalmente no interesse do Estado social e essencialmente de suas instituições estatais (1986, p. 89).

Sabemos que “na era do Estado e dos reis, Israel conheceu em abundância sacrifício de crianças” (Schwantes, 1986, p. 89). De fato, “o sacrifício humano era comum no

mundo pagão” (Armstrong, 2008, p. 33). Acontece que Abraão, assim como outros patriarcas, vivia à margem do Estado e dos reis; ele pertencia a grupos de “pastores migrantes, pequenos criadores de ovelhas que viviam na Palestina, em meio à margem da sociedade de cidades-estado” (Armstrong, 2008, p. 33). Portanto, no que se refere ao sacrifício de crianças, havia práticas diferentes entre o Estado organizado e as famílias “proscritas”. Schwantes assevera que “na família, o sacrifício de crianças não é lógico nem necessário. Inclusive se sabe que, em sociedades pré-estatais, o sacrifício de crianças praticamente não existia” (Armstrong, 2008, p. 33).

A época a que esta narrativa alude era marcada por uma clara divisão da terra e da sociedade.

A Palestina está basicamente dividida em dois tipos de terra. Existem planícies, baixadas onde a terra é fértil. Existem montanhas onde, na época, quase ninguém vivia, porque ou havia mata ou estepe. As boas planícies estavam ocupadas por Estados, isto é, por um governo que garantia os latifundiários. A montanha e a estepe não chegavam a estar sob seu controle. Estas áreas fora do controle direto dos latifundiários é a área de vida dos patriarcas. São grupos marginais, vivos e conscien-

tes, que preferiam as durezas da estepe (Abraão e Isaac) ou da periferia das matas (Jacó) à sujeição escravocrata sob os latifundiários nas planícies. Portanto, na era de Abraão, a Palestina estava dividida em “senhores” e “escravos” (Armstrong, 2008, p. 33).

Entende-se, portanto, que o que está em questão nesta narrativa é a manutenção da vida da criança Isaque. Ela não deve ser morta simplesmente em cumprimento aos costumes da época, e muito menos para atender aos interesses do Estado. Ela também não deve ser sacrificada simplesmente porque pertence aos proscritos, aos “escravos”. E se a questão implica numa escolha divina, Deus escolheu ficar do lado dos “proscritos” e dos “escravos”.

É necessário, aqui, formular uma pergunta importante: Se Deus não compactua com os “senhores” da época, por que então pede o sacrifício de Isaque? Esse pedido não fazia de Deus uma espécie de “senhor déspota”? Afinal, naquela época “acreditava-se que o primogênito era filho de algum deus que engravidara a mãe” numa espécie de *direito do senhor* (Armstrong, 2008, p. 33). Gerando uma criança, a energia do deus se esgotava, o que requeria a devolução do primogênito em forma de sacrifício.

Ocorre que Isaque era diferente: ele era dádiva de Deus, e não Seu filho natural. Mais do que isso, de acordo com Ellen White, Deus não estava disposto a levar o sacrifício de Isaque à sua consumação final. Deus não queria a morte da criança, mas a ordenou para “impressionar o espírito de Abraão com a realidade do evangelho, bem como para lhe provar a fé” (1991, p. 154).

Parece-me, então, que para Ellen White, a aparente “ambiguidade” de Deus – primeiramente ordenar matar, para depois ordenar não matar – explica-se parcialmente de um do ponto de vista pedagógico: Havia algo a ser ensinado, e isso só seria possível mediante a ordem *ilógica* de ordenar o sacrifício e, depois, proibi-lo. Pelo menos é o que vejo no parágrafo a seguir:

A angústia que ele sofreu durante os dias tenebrosos daquela terrível prova, foi permitida para que compreendesse por sua própria experiência algo da grandeza do sacrifício feito pelo infinito Deus para a redenção do homem. Nenhuma outra prova poderia ter causado a Abraão tal tortura de alma, como fez a oferta de seu filho (1991, p. 154).

Nesta aparente “ambiguidade” de Deus talvez esteja fundamentada a ambiguidade do próprio Abraão que – afirma Hinkelammert – por um lado, demonstra a fé que não

mata, e, por outro, a fé que mostra sua força ao mostrar sua disposição de matar (1989, p.15). Poderia ser dito: Para um “pedido ilógico”, uma “reação ilógica”.

O pedido “ilógico” de Deus faz Abraão titubear, e até mentir. Ou ele não mente? Como, então, entendemos o verso 5: “Eu e o rapaz iremos até lá e, havendo adorado, voltaremos para junto de vós”? Isso é uma mentira? Ou é demonstração de plena confiança em que o garoto não morrerá?

O crítico literário Jack Miles, a partir de uma interpretação crítica da narrativa, faz os seguintes questionamentos:

Não podemos saber se Abraão está fingindo ou não quando o menino pergunta: “Onde está o cordeiro para o holocausto?”, e Abraão responde: “Deus proverá para si, meu filho, o cordeiro para o holocausto” (22.8) [...] Quanto à frase: “Deus proverá para si [...] o cordeiro”, isso é exatamente o que Deus acaba fazendo. Será que a frase é dita não para Isaque, mas para Deus? Será um pedido? Será um desafio? A forma verbal traduzida por “proverá” pode ser tanto o futuro como o imperativo; isto é, tanto “Deus proverá” como “que Deus proveja” (Miles, 1997, p. 76).

Até aqui, vimos que Isaque não deveria ser morto simplesmente em cumprimento aos costumes da

época, e muito menos para atender aos interesses do Estado. Mais ainda: Deus não queria a morte do primogênito. Com esta postura em favor da vida, claramente Deus escolheu ficar do lado dos “proscritos” e dos “escravos”.

Entretanto, é provável que alguns afirmem que submeter Abraão a uma prova dramática não se justifica pelo fato de simplesmente querer ensinar-lhe o valor do sacrifício a ser suportado por Deus, como argumenta Ellen White. Afinal, um “quase” sacrifício não se compara com um sacrifício consumado. Não seria ilógico esperar que um ser humano compreenda a grandeza de algum sacrifício da divindade? Ou que ao menos tenha vislumbre dela?

Outro aspecto da “ilogicidade” de seguir e obedecer a Deus – no contexto do sacrifício de Isaque – é colocado por Hinkelammert nos seguintes termos:

Em obediência a Deus, Abraão viaja para matar seu filho. No entanto, escuta ao Anjo de Deus, que lhe ordena não matá-lo. Obedece, e isso o torna merecedor da bênção. É abençoado porque não matou seu filho, ou seja, porque não cumpriu com o que era lei de Deus na sua época: sacrificar a Deus o primogênito. Abraão não o faz e portanto é abençoado (Hinkelammert, 1989, p. 16).

A respeito de ser lei de Deus sacrificar-lhe o primogênito, já foi esclarecido que, naquela época, o sacrifício era necessário para estabilizar as instituições do Estado; a morte de crianças estava fundamentalmente a serviço do interesse do Estado social e particularmente de suas instituições estatais (Schwantes, 1986, p. 89). Para Abraão, que vivia à margem do Estado e dos reis, pois pertencia a grupos de pastores migrantes e pequenos criadores de ovelhas, o sacrifício de crianças não era lógico nem necessário (Schwantes, 1986, p. 89).

Mas há uma questão intrigante levantada por Hinkelammert: Abraão é abençoado porque não matou seu filho. Diríamos que Abraão foi abençoado a despeito de não ter obedecido à lei. O Anjo lhe pede que se torne livre e que se coloque acima da lei. Abraão, “portanto, não obedece nenhuma norma e nenhuma lei” (Hinkelammert, 1989, p. 17). Melhor, obedece ao Anjo e se torna livre, e essa liberdade lhe permite colocar-se acima da lei dada por Deus.

O que o Anjo pede a Abraão é que se liberte da necessidade de ter que sacrificar Isaque. Portanto, a fé do patriarca está em *não* ter matado seu filho (Hinkelammert, 1989, p. 17). Claro, isto é exatamente o contrário do que a interpretação cristã afirma, ou seja, que a obediência de

Abraão radica na sua conformação com a exigência do sacrifício, embora ele não tenha sido consumado.

Não creio que devamos ver a questão pelo ângulo proposto por Hinkelammert. Aliás, ele mesmo reconhece que a narrativa do sacrifício de Isaque tem um sentido moderno, pois se mostra ambígua. “Pode ser lida desde o ponto de vista da classe dominante, e pode ser lida do ponto de vista da libertação frente à opressão” (Hinkelammert, 1989, p. 12).

Podemos pensar, então, que a fé do patriarca radicou no fato de obedecer à ordem aparentemente “ilógica” de Deus, a qual, no final das contas, não tencionava a morte do filho, mas a obediência à ordem. Isto é aparentemente “ilógico”: afirmar uma coisa querendo dizer outra. Uma idéia, porém, mostra-se certa: Neste episódio Deus não defende o sacrifício de crianças. Como diz o professor Schwantes, “Gn 22 manifesta oposição radical a essa prática” (1986, p. 89). A situação, novamente afirmamos, pode ter sido um recurso pedagógico para mostrar a real postura de Deus. Afinal, afirma Schwantes, “nosso Deus colide com o interesse de monarcas e reis; não quer a morte, mas a vida” (1986, p. 89).

E se o interesse de Deus é a vida, a pretensa desobediência de Abraão (apontada por Hinkelammert) é, na

verdade, obediência, pois não era a intenção de Deus que o patriarca sacrificasse seu filho. Todavia, a bênção não é decorrente da não obediência e da não morte do filho, mas da obediência à “ilogicidade” de Deus, uma “ilogicidade” que preza, acima de tudo, pela obediência, vida e liberdade.

Considerações finais

Abraão foi confrontado diante da “ilogicidade” de obedecer a Deus, e, do ponto de vista bíblico, foi “aprovado” no teste. Por isso vemo-lo na galeria dos “homens da fé”, no capítulo 11 da carta aos Hebreus. Num outro texto, lê-se: “E creu Abraão a Deus, e isso lhe foi imputado como justiça, e foi chamado amigo de Deus” (Tiago 2:23). Teria sido chamado de “amigo de de Deus” devido a ter confrontado o hábito do Estado de sacrificar crianças? Teria sido chamado de “amigo de Deus” por aceitar viver, por três dias pelo menos, na “ilogicidade” divina? Talvez.

Ceio ser possível pensar que Abraão recebe destaque pela sua atitude de entrega, que o levou à obediência, pois o Deus dos cristãos não espera apenas um comportamento obediente, mas também uma atitude de confiança e entrega (Benner, 2006, 60). Afinal, é possível ser obediente pelos motivos errados.

Por outro lado, Abraão não chega a executar seu filho, não realiza efetivamente o ato, mas avança o tanto quanto pode, “e Deus prefere satisfazer-se com isso” (Miles, 1997, p. 77). Vejo nesta atitude divina uma plena compreensão das intenções humanas: Deus sabe o quanto pode pedir a cada um, e por saber o limite de nossa obediência, pode não exigir que cheguemos a fazer o impossível ou o inimaginável.

Entretanto, não fiquemos apenas no terreno da “ilogicidade”. Na natureza, é comum observar o sacrifício de um pelo grupo, ou de uma parte pelo todo. Por exemplo, quando o castor é perseguido e se vê encurralado, corta seus próprios testículos à dentadas e atira-os aos seus caçadores. Nesse costume temos, provavelmente, a origem do conceito de *castramento* (Burkert, 2001, p. 70). Igualmente, as patas de algumas aranhas se quebram com facilidade e continuam a ter movimento durante algum tempo, com o objetivo de desviar a atenção de seus predadores perseguidores. Também a cauda do lagarto se parte com facilidade, permitindo-lhe fugir da garra de seu perseguidor (Burkert, 2001, p. 63, 64).

Nos três casos descritos acima, o sacrifício parcial é visto na perspectiva do resgate do todo (Burkert, 2001, p. 70). É curioso notar essa

mesma lógica num episódio envolvendo o personagem bíblico Moisés. Está escrito que Zípora teve que mutilar violentamente seu filho para preservar a vida do marido, que estava para ser morto pelo Senhor. O relato diz: “Então Zípora tomou uma faca de pedra, circuncidou o prepúcio de seu filho e, lançando-o aos pés de Moisés, disse: Com efeito, és para mim um esposo sanguínário”. Êxodo 4:25. A título de resgate, ocorre uma mutilação sanguínária (Burkert, 2001, p. 72).

Pergunto-me, então: Não haveria lógica na atitude e ordem de Deus, que “mutila” Abraão e Isaque com a finalidade de resgatar e fortalecer a fé do patriarca e, em decorrência, dos Seus seguidores através de todos os tempos? Não haveria lógica na atitude e ordem de Deus, que “mutila” Abraão e Isaque com a finalidade de mostrar os riscos e benefícios da obediência? Não haveria lógica na atitude e ordem de Deus, que “mutila” Abraão e Isaque com a finalidade de mostrar-lhe e incutir-lhe o valor da vida? Creio que sim. Se assim for, estamos diante de um belíssimo quadro pedagógico, o qual mostra a complexidade do Deus cristão. Complexidade, mas não “ilogicidade”.

Referências

- Armstrong, Karen. (2008) *Uma História de Deus*. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras.

- Benner, David G. (2006) *A Entrega Total ao Amor: Descobrimo a Essência da Espiritualidade Cristã*. São Paulo: Loyola, 2006.
- Burkert, Walter. (2001) *A Criação do Sagrado: Vestígios Biológicos nas Antigas Religiões*. Tradução de Vitor Silva. Lisboa: edições 70.
- Hinkelammert, Franz J. (1989) *La Fé de Abraham y el Édipo Occidental*. San José: DEI.
- Miles, Jac. (1997) *Deus, uma Biografia*. Tradução de José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras.
- Schwantes, Milton. (1991) *A Família de Sara e Abraão: Texto e Contexto de Gênesis 12 – 25*. Petrópolis, RJ: Vozes; São Leopoldo, RS: Sinodal.
- White, Ellen G. (1991) *Patriarcas e Profetas*. 12ª ed. Tradução de Flávio Monteiro. Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 1991.